

TENA FERNÁNDEZ, Ramón; SILVA, Sara Reis da e SOTO VÁZQUEZ, José (coord.) (2025). *Censura y educación en la LIJ durante las dictaduras de Franco y Salazar/Censura e educação na literatura infantojuvenil durante as ditaduras de Franco e Salazar*. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 259 pp., ISBN 978-84-9044-715-4.

As investigações em arquivos não se fazem da noite para o dia. A obra bilingue (espanhol e português) intitulada *Censura e educação na literatura infantojuvenil durante as ditaduras de Franco e Salazar*, coordenada pelos investigadores Ramón Tena Fernández, Sara Reis da Silva e José Soto Vázquez, começou a ser pensada em 2023, e constitui o número 37 da Colección Arcadia, a cargo de Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha. A coleção recebeu a máxima distinção do índice de editoriais do Consejo Superior de Investigaciones Científicas (ie-CSIC), e está indexada nas bases Clarivate e Elsevier. A publicação encontra-se nos formatos impresso e eletrónico. Conta ainda com selo de qualidade da Unión de Editoriales Universitarias Españolas, e é avalizada pela Agencia Nacional de Evaluación y Acreditación e pela Fundación Española para la Ciencia y la Tecnología.

Os oito artigos – quatro em espanhol e quatro em português – resultam da colaboração de onze investigadores de diferentes Universidades, muitos deles nomes de referência no estudo da literatura infantojuvenil. O tópico específico da censura na literatura para crianças e jovens tem vindo a ser trabalhado há mais de quinze anos, expressando-se em congressos internacionais, na publicação de artigos e edição de obras em importantes selos editoriais, como *Censura infantojuvenil en la literatura y educación europea* (2024) e *La censura de la literatura infantil y juvenil: (desde las posturas gubernamentales a las formas soterradas)* (2022), ambos lançados pela editora Dykinson.

Apesar desses esforços, a temática ainda constitui campo fértil para a investigação, a fim de compreender: como operaram os aparelhos censores de Espanha e Portugal na Literatura Infantojuvenil? Que legislação controlou “o quê” e “como” se deveria publicar para crianças e jovens? Quem eram os censores? Que tipos de temáticas ou conteúdos foram considerados inadequados?

A obra aqui analisada apresenta enormes contributos para a compreensão de indagações como essas. Destaca-se, ainda, a pertinência do seu lançamento no contexto das comemorações dos 50 anos da Revolução dos Cravos, em Portugal (2024), e do término da ditadura franquista, em Espanha (2025).

Assim como o título do volume, tanto a introdução como as considerações finais aparecem em formato bilingue. A introdução, contudo, poderia ser um

pouco mais equilibrada, dedicando o mesmo número de linhas às contribuições espanholas e portuguesas.

Um ponto forte das investigações é a utilização de fontes de pesquisa originais de censura – do Arquivo Nacional Torre do Tombo, em Lisboa, e do Archivo General de la Administración (AGA), em Alcalá de Henares. Os investigadores partilham com os leitores as dificuldades desse tipo de pesquisa: letras manuscritas ilegíveis, lentidão nos processos de reprografia, falta de informações sistematizadas sobre os agentes censores e, no caso espanhol, as restrições impostas pela Lei 16 de 1985, que permite o acesso à documentação apenas após a comprovação de morte do censor e passados 25 anos dessa data (p. 159). Como se trata de acervos históricos e de acesso restrito, o conhecimento produzido é original e de grande interesse não apenas para especialistas em literatura infantojuvenil, mas também para estudiosos da História, das Ciências Sociais, da Educação e dos Estudos Literários e Culturais.

Destacam-se, ainda, pontos de contacto entre as duas realidades, como o documento *Instruções sobre Literatura Infantil*, publicado em Portugal em 1950 e, de forma muito similar, em Espanha em 1951. A instrumentalização da literatura infantojuvenil para a propagação dos ideais morais dos regimes – fortemente ligados à religiosidade católica – também se faz sentir nos dois países. É de louvar o carácter colaborativo do volume, que ilumina um período turbulento e recente da história de Portugal e de Espanha, bem como o foco na censura, que, como apontam os investigadores, tende a ressurgir nos tempos atuais.

José António Gomes, figura de proa nos estudos da literatura infantojuvenil portuguesa, assina o primeiro artigo, “A censura aos livros infantis e juvenis em Portugal, durante o Estado Novo”. Logo na Introdução, alerta para o facto de nenhum sistema autoritário ter prescindido da Censura – grafada com inicial maiúscula –, para o controlo opressivo e a manipulação ideológica. O autor defende que a censura na Literatura Infantojuvenil portuguesa se fez sentir de forma mais aguda na imprensa periódica, como se pode comprovar com as obras *Maria Papoila* (1973) e *O Soldado João* (1973), de Luísa Ducla Soares, vetadas nos jornais e depois publicadas em livros.

O segundo artigo, da autoria de Inês Costa e Ana Margarida Ramos, debruça-se sobre o tema “Censura e teatro para a infância: o caso das adaptações de *O Capuchinho Vermelho*”. Centra-se em sete adaptações do conto, identificadas nos Arquivos da Torre do Tombo, avaliadas pela censura entre 1954 e 1972, de autoria de nomes de destaque da literatura infantojuvenil ou do meio teatral português. A censura ocorria em dois momentos: na leitura do texto e, posteriormente, na prática de o censor assistir a um ensaio geral do espetáculo.

O terceiro artigo, “Contos de Fadas e Censura: um estudo sobre *A Bela*

Adormecida” é da responsabilidade de Sara Reis da Silva. A atenção dada pelo regime aos destinatários infantis, através das *Instruções* publicadas em 1950 revela, segundo a autora, a “firme consciência da importância da arte como poderoso instrumento de propaganda” (p. 80). A pesquisa no Arquivo Nacional da Torre do Tombo envolveu duas operetas e uma peça em um ato, adaptações do conto de fadas de diferentes autores, publicadas entre 1931 e 1955. Há poucas observações censórias, uma vez que os textos mantêm as hierarquias e a divulgação do estereótipo feminino de passividade.

“*Os Lusíadas* ao serviço da ditadura de Salazar: processos de censura na reescrita de João de Barros” é o quarto artigo, de Ângela Balça e Fernando Azevedo. Os autores destacam a presença da censura até mesmo em sistemas mais recentes, como o mundo digital, com os fenómenos denominados de “politicamente correto” e “cancelamento” (p. 98). A investigação centra-se nas diversas edições d’*Os Lusíadas*, publicadas entre 1930 e 1952, pelo escritor João de Barros (1881-1960), acessíveis para consulta na Biblioteca Nacional de Portugal. As reduções ou ampliações do texto matricial detetadas serviram à inculcação do ideário da ditadura.

Moisés Selfa Sastre abre a secção espanhola com o artigo “Legislación y normas a las que debieron ajustarse las publicaciones infantiles y juveniles en la España franquista (1955-1977)”. O conjunto de decretos e normas legislativas serviram ao controlo da produção cultural, a fim de que os recetores não tivessem acesso a discursos que fossem contra o oficial e se encorajassem, assim, a questionamentos. A legislação de 1975 evocou ares de democracia, ao tratar de “convivência cidadã” (p. 150) e a Ordem de 1977 abriu ainda mais o cenário, ao introduzir uma dimensão de cidadania ligada à humanidade e não só à nação espanhola.

O artigo de Ramón Tena Fernández e José Soto Vázquez intitula-se “Las mujeres censoras en el control de la LIJ y su influencia en la educación lectora durante el franquismo. El caso de María África Ibarra Oroz”. Os investigadores analisaram 506 expedientes de censura, 184 deles de literatura infantojuvenil, de 30 diferentes leitores. As tabelas apresentadas são de grande valia, pois permitem perceber, por exemplo, o quanto as publicações para crianças e jovens eram mais censuradas (65,7%) do que aquelas destinadas a adultos (33,7%) (p. 178). María África Ibarra Oroz assumiu destaque, neste contexto, como censora, tendo-se empenhado na defesa dos valores do regime. Pertencente à elite, foi funcionária pública de alto escalão, com estreita ligação à Igreja.

A investigadora Teresa Julio assinou o artigo “Autoras de teatro infantil bajo la atenta mirada de la censura franquista (1951-1961)”. Nele salienta a dificuldade de obter informações sobre a biografia das onze autoras. O período

analisado circunscreve-se ao primeiro decénio de atuação do Ministerio de Información y Turismo (MIT), durante o qual, segundo os estudiosos, a censura endureceu. Os 29 textos originaram-se maioritariamente de recriações de contos de fadas ou tradicionais, com personagens bruxas, fadas, princesas e príncipes. Julio levanta a hipótese de a censura ter limitado a imaginação das autoras, que ficaram restritas a histórias e personagens já conhecidas.

O contributo que segue, de Clara Sanz-Hernando, tem o título “El cómic norteamericano y la censura: el caso de la editorial Novaro en el final del franquismo”. Nele a autora examina os números submetidos para autorização prévia, no ano de 1973, pela empresa mexicana distribuidora de histórias em quadrinhos dos EUA. *Tarzán*, *Supermán* e *Batman* foram os títulos de maior sucesso, que eram vendidos a baixo custo. A violência era o motivo que mais mobilizava a censura. As tabelas e figuras ajudam o leitor a compreender a incidência das categorias censoras, ou ainda a comparação da atuação simultânea de duas instâncias, a Comisión de Información y Publicaciones Infantiles y Juveniles (CIPIJ) e a Dirección General de Prensa (DGP).

Nas considerações finais evocam-se os tempos atuais e as tentativas de apagamento do passado. Sublinha-se, assim, a importância do volume em questão, por “promover o encontro e o questionamento do passado, valorizando a memória, trazendo-a e explicando-a no presente” (p. 258), o que se constitui, na visão dos autores, uma “luta delicada” (p. 258).

O volume encerra com uma espécie de convite ao leitor para se aproximar de uma obra-manifesto, composta por estudos que denunciam a visão limitada e limitante dos poderes censórios e ditatoriais espanhol e português, impostos sobre a “utilidade do inútil” (Ordine, 2016), a literatura infantojuvenil.

RENATA FLAIBAN ZANETE

Universidade do Minho, Centro de Estudos Humanísticos

renafai@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-5241-7823>

